AO

Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos - ConParnaso

ASSUNTO: REVISÃO PONTUAL DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS (PARNASO)

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2021

Prezados membros do CONPARNASO,

A UNICERJ - UNIÃO DE CAMINHANTES E ESCALADORES RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação civil, inscrita no CNPJ sob o nº 02.593.668/0001-15, com sede própria no Largo do Machado 29 / 608, CEP 22.221-901, Rio de Janeiro, RJ, encontrada na internet em www.unicerj.org.br, onde podem ser consultadas informações e publicações sobre a associação, podendo ser contactada pelo tel. (21) 3826-1459, ou pelo email unicerj@unicerj.org.br, vem a este Conselho apresentar seu posicionamento acerca da REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS (PARNASO).

A UNICERJ foi fundada em 17 de abril de 1998 com o objetivo de promover a prática do montanhismo amador, solidário, ecológico e não competitivo. Desde então a UNICERJ totalizou 705 associados e além de promover excursões, explorações e conquistas, tem atuado intensamente para a formação de novas gerações de montanhistas através da promoção de cursos de montanhismo e escalada, inclusive para guias, totalmente gratuitos para os sócios.

Em reconhecimento ao seu compromisso com o PARNASO a UNICERJ tem assento no Conselho. Sempre atuou promovendo e participando de mutirões para limpeza e conservação de trilhas com o voluntariado oficial. Além disso, é importante destacar as conquistas de vias de escaladas e descidas realizadas no Parque, relacionadas abaixo.

Vias Conquistadas Por Sócios da Unicerj no PARNASO

LOCAL	NOME
1 Agulhinha Beija Flor	Descida Henry Thoreau
2 Agulhinha Beija Flor	Fissura Mariana Pereira
3 Agulhinha Beija Flor	Variante Cidadela
4 Cabeça de Peixe	Chaminé Caram Nicolau
5 Cabeça de Peixe	Fissura Luís Sayão
6 Cabeça de Peixe	Paredão AMARJ
7 Dedinhos	Descida Akira Kurosawa
8 Dedinhos	Descida Flávia Prado
9 Dedinhos	Descida Giordano Bruno
10 Dedinhos	Descida Noite Estrelada
11 Dedo de Deus	Descida Galileu Galilei
12 Dedo de Deus	Descida Miraflores
13 Dedo de Deus	Descida Montanhismo Amador
14 Dedo de Deus	Descida Rio de Janeiro
15 Dedo de Deus	Diedro Salomyth
16 Dedo de Deus	Variante Gilda Borges
17 Dedo de Deus	Variante Guy Costa
18 Dedo de Deus	Variante Terra em Transe
19 Dedo de Nossa Senhora	Descida Daniel Alvarenga
20 Dedo de Nossa Senhora	Variante Nossa Senhora Aparecida
21 Dedo de Nossa Senhora	Variante Willy Chen
22 Escalavrado	Paredão Helio Paz
23 Escalavrado	Variante Chatron Backes
24 Escalavrado	Variante Thales de Garcia
25 Garrafão	Descida Thiago de Mello
26 Garrafão	Fissura Marcos Eboli
27 Mirante do Inferno	Paredão Sede de Montanha
28 Pedra da Cruz	Descida Pablo Neruda
29 Queixo do Frade	Paredão Jango
30 São Pedro	Fissura Christian Costa
31 Verruga do Frade	Descida Rosa dos Ventos

Diante de tais credenciais, está claro o compromisso da UNICERJ com a defesa e desenvolvimento do PARNASO, exatamente por ser um clube guiado pelo ideal de um montanhismo inclusivo, que permita a prática dessa atividade pelo maior número de pessoas, respeitando a diversidade, independentemente de sua condição social ou econômica, ou de sua idade.

A UNICERJ defende a ideia de que todos devem ter a oportunidade de usufruir dos parques como o PARNASO - patrimônio público - com respeito ao equilíbrio do meio ambiente, com garantia da segurança dos visitantes e dos profissionais que lá

trabalham. Este usufruto não é uma utopia, mas um direito de todos, amparado pelo Ordenamento Jurídico desse país.

Nesse sentido, citamos o editorial do Boletim nº 1 da UNICERJ, de julho de 1998:

O desenvolvimento do Montanhismo como atividade produtiva, geradora de trabalho e renda para alguns, não pressupõe o cerceamento do Montanhismo como atividade amadora e de alto nível. Imaginamos que é possível a coexistência com os profissionais da Montanha que, como toda atividade remunerada, pressupõe em contrapartida um serviço de qualidade. O que não admitimos é a sobrepujança destes, visando elitizar a prática do Montanhismo.

Portanto, considerando o exposto acima, pedimos que este conselho considere o nosso posicionamento, para que avancemos na revisão do plano de manejo do PARNASO não só com o devido interesse no bem comum, mas também com conhecimento e respeito às normas legais aplicáveis e suas consequências.

I. Visão Geral

A Proposta de revisão pontual de uso público do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos é composta de 100 propostas de alteração do texto, sendo 25 delas supressões integrais ou parciais de texto, além de três propostas de inclusão. Entre as propostas de alteração, 26 se referem ao montanhismo e à escalada, três se referem especificamente à escalada, oito se referem a acampamentos.

Algumas normas facilitam a prática de montanhismo. Há uma ampliação do rol de equipamentos que podem ser usados pelos montanhistas na área do parque - alteração nº 10 e 52. Enfim, há ampliação das áreas de acampamento do parque e previsão de novas instalações de acampamento - alterações nº 20, 21, 22, 42 e 43.

Por sua vez, outras ainda exigem alguma atenção. São elas:

- A. Aplicação do Número Balizador de Visitação para controle de frequência de certas áreas do parque e controle do número de praticantes de certas atividades - alterações nº 11, 41, 43 e inclusão nº 102;
- B. Supressão de normas sobre taxas do plano de manejo em razão da vigência de normas específicas do ICMBio - alterações nº 6, 15, 49, 50;

- C. Supressão de disposições do plano de manejo para serem tratadas por instrumentos de uso público previstas na portaria nº 289/2021 - alterações nº 11 a 15, 18, 22, 25, 42, 45, 46, 66, 67, 92, 95 a 97.

O grupo de alterações dos itens A e C acima flexibilizam a organização do parque, o que tem aspectos vantajosos e outros prejudiciais. A flexibilização, por um lado, pode adaptar melhor as regras de uso público às capacidades atuais do parque, às melhores práticas de gestão e aos novos modos de uso público do parque. Ela, por outro, aumenta o risco de as novas regras restringirem desproporcionalmente direitos e interesses da sociedade civil.

Igualmente, notamos que não há nas alterações propostas disposições transitórias. Não temos informações se já há um número balizador calculado ou se os outros instrumentos de gestão de uso público já foram expedidos pelo PARNASO. Se ainda não houverem sido publicados, então seria bom haver uma regra prevendo o prazo de vigência das regras atuais até a expedição das novas regras.

Não é matéria tratada na proposta, porém a participação social nos instrumentos de gestão de uso público merece maiores cuidados. Sabemos que, pelo seu regimento geral, o CONPARNASO tem uma câmara temática sobre montanhismo e ecoturismo, todavia, as deliberações da Câmara temática são eventuais. Nesse sentido, parece-nos aconselhável um uso mais intenso da Câmara Temática como mecanismo de diálogo entre o PARNASO e os interesses dos praticantes de montanhismo.

II. O Número Balizador de Visitação (NBV)

O Número Balizador de Visitação (NBV) é a estimativa de visitantes que uma zona de uma Unidade de Conservação é capaz de receber. O seu cálculo é estabelecido no [Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação](#). Além de estabelecer o NBV por zona, o Roteiro Metodológico recomenda que ele seja mensurado também por atividade prevista no plano de manejo, o que o CONPARNASO propõe nas alterações nº 11, 41, 43 e inclusão nº 102.

O número é calculado dinamicamente, podendo variar conforme as condições de manejo da Unidade de Conservação, o que leva em consideração os seguintes fatores:

1. Espaço disponível para realização da atividade, no geral e por pessoa
2. Serviços oferecidos por terceiros
3. Infraestrutura de apoio necessária
4. Especificidade dos equipamentos necessários à atividade
5. Disponibilidade de equipamentos pela UC
6. Experiência da Visitação

Embora o roteiro metodológico ofereça algumas medidas quanto ao espaço disponível, ele esclarece que tais valores, como todos os demais, devem ser mensurados conforme a atividade e as condições do lugar. Nesse sentido, não temos como indicar os números atuais que serão empregados pelo PARNASO para o cálculo do NBV.

Como ele emprega fatores dinâmicos no seu cálculo, é natural que ele se torne defasado mais cedo ou mais tarde, acarretando a necessidade de sua revisão periódica. O Roteiro Metodológico não estabelece com qual periodicidade o NBV deve ser revisto por Unidade de Conservação ou qualquer das suas zonas. Com efeito, ele estabelece apenas algumas recomendações para revisão:

Em alguns lugares (onde os padrões não estão sendo alcançados ou há rápidas alterações no ambiente), pode ser que seja necessário monitorar anualmente ou com maior frequência. Já em outros lugares onde há menos pressão, o monitoramento poderia ser feito de dois em dois anos (p. 61)

A proposta 102 de alteração define que:

O número balizador da visitação - NBV para acesso de visitantes e veículos às áreas e atrativos de visitação do parque será definido pelo ICMBio, no âmbito do protocolo de monitoramento, conforme o Roteiro de Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011) e demais orientações institucionais.

Embora a proposta se refira ao *Roteiro*, de 2011, há documento mais recente sobre o monitoramento de visitas em Unidades de Conservação, o [Manual de Métodos para o Monitoramento do Número de Visitas em Unidades de Conservação](#). O Manual não estabelece uma periodicidade fixa para aplicação do protocolo de monitoramento, mas uma série de diretrizes. Com efeito, ele afirma que a melhor prática é agrupar o monitoramento da visitação por períodos diferentes, tais como baixa e alta temporada (p. 24). Noutros termos, quando Unidade de Conservação, no caso o PARNASO, realizará essa revisão é atividade discricionária.

É preciso ressaltar que antes o número de visitantes por atividade em determinadas áreas do parque era fixada no Plano de Manejo. Independentemente da defasagem ou não desses números, sua fixação tinha a vantagem de um mínimo de previsibilidade. A substituição de um número fixo para outro dinâmico, como o NBV, implica uma perda de previsibilidade dos visitantes no seu direito de acesso aos serviços públicos do parque. O NBV pode levar a um aumento ou a uma redução da capacidade de visitantes do parque, então seria recomendável a divulgação prévia das datas de revisão do NBV. Assim, concilia-se, por um lado, o interesse público de adaptar a capacidade de visitação do PARNASO à preservação da Unidade de Conservação e, por outro, o interesse social de saber a capacidade de visitação do PARNASO.

Nesse sentido, sugerimos a seguinte alteração da proposta 102:

O número balizador da visitação - NBV para acesso de visitantes e veículos às áreas e atrativos de visitação do parque será definido pelo ICMBio, no âmbito do protocolo de monitoramento, conforme o Roteiro de Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011) e demais orientações institucionais. A data de sua eventual revisão será divulgada ao público com antecedência de um mês.

III. Os Instrumentos de Gestão do Uso Público

Trinta e sete alterações do plano de manejo são justificadas, entre outros motivos, pelo seguinte:

Tal detalhamento e prescrição não precisam constar no plano de manejo, os temas são tratados por meio de instrumentos de gestão do uso público, conforme diretrizes da COEST/CGEUP.

Esses instrumentos de gestão de uso público são referidos na portaria nº 289/2021. Em linhas gerais, todos eles atendem à mesma finalidade, prevista no art. 6º da portaria: conciliar o gozo dos recursos da Unidade de Conservação ao seu plano de manejo¹. Esses instrumentos são previstos no art. 7º da portaria, que tomamos a liberdade de citar integralmente para dar conhecimento dos instrumentos aos quais a proposta de alteração se refere:

Art. 7º Ficam definidos como instrumentos de gestão, que compõem o portfólio do planejamento de uso público, os seguintes documentos:

I - programa de interpretação ambiental: documento elaborado por equipe multidisciplinar, com estratégias de interpretação ambiental, que indica projetos prioritários para comunicar de forma mais efetiva, a diferentes públicos, a missão da unidade, os significados e as características dos recursos protegidos, conforme diretrizes institucionais;

II - programa de monitoramento da visitação: documento que pode abordar os protocolos de: monitoramento do número de visitas, perfil do visitante, qualidade da experiência do visitante, impactos ambientais da visitação e número balizador da visitação - NBV, entre outras

¹ Art. 6º O planejamento de uso público tem a finalidade de orientar a estruturação e gestão da visitação por meio da identificação e manejo de atrativos, implementação de áreas de visitação com atividades e estruturas que propiciem diferentes experiências aos visitantes em consonância com o plano de manejo da unidade de conservação, contribuindo para o reconhecimento dos valores e recursos fundamentais da Unidade e para que esta cumpra seu propósito e objetivo de criação.

necessidades da Unidade, a fim de gerar subsídios para o manejo do uso público, conforme normativas e orientações institucionais;

III - portaria normativa específica: ato administrativo que orienta e disciplina normas específicas para o uso público da Unidade de Conservação, complementares ao arcabouço normativo do plano de manejo e demais atos institucionais como instruções normativas ou portarias;

IV - protocolo operacional de visitação (PROV): documento que estabelece o conjunto de definições operacionais e locacionais, dirigidas aos visitantes, prestadores de serviços e demais atores relacionados ao uso público na Unidade de Conservação, para ordenar as atividades, áreas e atrativos de visitação;

V - protocolo de gestão de segurança (PGS): documento que define o conjunto de diretrizes, estratégias, atribuições, procedimentos e condições para a gestão de segurança de atividades e serviços de visitação na Unidade, conforme normativas e orientações institucionais;

VI - projeto de manejo de trilhas: documento que define o escopo da trilha, orientações de uso e diretrizes para manejo e implantação, conforme orientações institucionais;

VII - projeto de sinalização: documento que orienta sobre os procedimentos técnicos e a identidade visual para a implantação e manutenção de sinalização rústica de trilhas terrestres ou áreas de difícil acesso (áreas remotas) e de sinalização estruturada em áreas de visitação localizadas em zonas de médio e alto grau de intervenção na unidade de conservação, conforme orientações e normas institucionais;

VIII - projeto interpretativo: documento que orienta o planejamento, o desenvolvimento e a execução de materiais e serviços de interpretação, visando o alcance de objetivos específicos, de acordo com as diretrizes institucionais;

IX - projeto de visitação com objetivos educacionais: documento que orienta o planejamento, o desenvolvimento e a execução de atividade com objetivos educacionais, conforme orientações e normas institucionais;

X - projeto de infraestrutura: conjunto de documentos atestados com responsabilidade técnica por profissional habilitado, contendo as especificações de engenharia e arquitetura, coordenadas geográficas, mapas, croquis e plantas, entre outros detalhamentos necessários para a instalação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura de médio e alto grau de intervenção. A instalação e operação desse tipo de

infraestrutura deve seguir os procedimentos estabelecidos para autorização, conforme normas e orientações institucionais;

XI - projeto de infraestrutura mínima: documento que define as especificações de uma ou mais infraestruturas mínimas, com baixo grau de intervenção em áreas e atrativos de visitação com o objetivo de proteger os recursos naturais e promover a segurança dos visitantes, e atesta sua compatibilidade com os instrumentos de planejamento e gestão da unidade, conforme orientações institucionais;

XII - edital de credenciamento: procedimento realizado pela administração da Unidade de Conservação, necessário para a emissão da Autorização aos interessados em prestar serviço de apoio à visitação nas Unidades de Conservação, conforme normativas institucionais;

XIII - autorização: ato administrativo, unilateral, precário, pessoal e intransferível, manejado no exercício da competência discricionária do ICMBio, por meio do qual é concedida a prestação do serviço comercial no interior de Unidade de Conservação federal, não ensejando direito à indenização para o particular quando da sua revogação a qualquer tempo;

XIV - termos de permissão de uso: ato administrativo, unilateral, precário, pessoal e intransferível, manejado no exercício da competência discricionária do ICMBio, por meio do qual a administração delega a outrem a utilização privativa de bem público para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, mediante obrigações estabelecidas no termo de permissão, não ensejando direito à indenização para o particular quando da sua revogação a qualquer tempo;

XV - contrato de concessão: o contrato administrativo pelo qual o ICMBio delega a um particular, por tempo determinado, a execução e/ou operação de serviços, áreas ou instalações de apoio à visitação em unidades de conservação federais, para que o faça em seu próprio nome, por sua conta e risco, mediante preço público pago pelo usuário ou outra forma de remuneração decorrente do objeto do contrato;

XVI - projeto básico: projeto técnico contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

A portaria define que a participação na elaboração desses instrumentos é facultativa: *para a elaboração dos instrumentos de gestão, a unidade de conservação poderá desenvolver estudos prévios e consultar ou envolver instituições parceiras, membros do conselho, representações de usuários, atores do setor de visitação e turismo, instituições dos demais entes da federação, entre outros (Art. 7º, §2º).* Por sua vez, o [Regimento Geral do CONPARNASO](#) não estabelece uma competência clara para sua participação na elaboração de instrumentos de gestão, ao contrário da competência expressa para propor alterações no Plano de Manejo (Regimento, art. 2º, I). A participação na elaboração de alguns instrumentos em alguns dispositivos de sua competência é *cabível*, mas não é inerente. Por exemplo, o CONPARNASO tem competência para *concorrer favoravelmente para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com o PARNASO* (Regimento, art. 2º, II), o que pode ser compreendido como uma competência para participar na elaboração de portarias, afinal é um instrumento de gestão de uso público que visa compatibilizar os interesses sociais entre si e ao interesse público. É uma interpretação válida, porém ela não é necessária.

Nesse sentido, em seu valor de face, a migração de matérias do plano de manejo para instrumentos de gestão de uso público representa um risco à participação da sociedade civil na elaboração de regras pertinentes à visitação. Afinal, elas saem do plano de manejo, cujas alterações tem participação do CONPARNASO, para instrumentos onde sua participação nem sempre é clara. Como dito, as competências do CONPARNASO para participar da sua elaboração é válida, mas não é clara. Nesse sentido, deve-se indagar à administração do PARNASO como será feita a participação da sociedade civil na confecção dos instrumentos de gestão de uso público.

A participação mais precisa do CONPARNASO na elaboração desses instrumentos de gestão de uso público implicaria alteração do seu regimento, matéria que ultrapassa a proposta de alteração do plano de manejo. Por isso, atemo-nos a indicar o risco de perda de participação da sociedade civil nos instrumentos de gestão de uso público.

IV. Das Propostas de Alteração pela UNICERJ

A UNICERJ, UNIÃO DOS CAMINHANTES E ESCALADORES RIO DE JANEIRO, encaminha algumas propostas de alteração para o plano de manejo. Mais precisamente, referente às alterações nº 36 e 48.

Na alteração 36, onde se lê:

O Parque está aberto à visitação todos os dias [...] a ser definido nos contratos de concessão.

O PARNASO propõe:

Os horários de funcionamento da UC serão definidos pela sua administração, que os divulgará amplamente.

A UNICERJ propõe o seguinte substitutivo:

O Parque está aberto à visitaço todos os dias, com horrios de funcionamento da UC sendo definidos pela sua administraço, que os divulgar amplamente.

Essa substituiço nos parece perfeitamente adequada e sana uma omisso do substitutivo original. A alterao apresentada pelo PARNASO no estabelecia os dias de funcionamento, apenas os horrios, o que conceitualmente diferente.

A alterao n 48 se refere a calçados para a prtica de montanhismo. Onde se l:

No permitido nas trilhas de montanha o uso de chinelos de dedo e sapatos de salto alto.

A proposta de alterao de n 91 se refere rea Estratgica Interna Santo Aleixo. Onde se l:

5. Implantar infra-estrutura de apoio e seguranç visitaço, • A visitaço nessa rea somente ser permitida por meio de autorizaço especfica de grupos organizados.

O PARNASO sugere a supresso da norma, o que nos parece criar uma situaço ambgua. Com efeito, a rea Estratgica Interna Santo Aleixo, como descrita no [Plano de Manejo](#), no est aberta visitaço (folha 39 do PDF do Plano de Manejo). A revogaço da norma significa que o acesso pblico est vedado, no cabendo sequer autorizaço? A visitaço est franqueada ao pblico, dispensada a autorizaço? Essas questes e at uma contraproposta de alterao do item 91 s podem ser definidas aps esclarecimentos.

V. Das Propostas e Comentrios da FEMERJ

A FEMERJ faz observaçes, nas propostas de alterao 4, 26, 48, 51, 69, 76 e 91.

A alterao 4 se refere Zona Primitiva. Onde hoje consta no Plano de Manejo:

No sero permitidas quaisquer instalaçes de infra-estrutura.

A proposta sugere a seguinte redaço:

 permitida a instalaço de infraestrutura fsica, quando estritamente necessrias s aes de busca e salvamento, contenço de eroso e deslizamentos e seguranç do visitante, bem como outras indispensveis proteço do ambiente da zona.

A FEMERJ, por sua vez propõe a supressão do trecho que se refere à infraestrutura necessária a ações de busca e salvamento, propondo a seguinte redação, sob a justificativa de que essa infraestrutura facilitaria a visita a uma Zona Primitiva, que não teria o propósito de receber visitantes:

É permitida a instalação de infraestrutura física, quando estritamente necessárias a contenção de erosão e deslizamentos bem como outras indispensáveis a proteção do ambiente da zona.

A FEMERJ nesse caso argumenta que não haveria razão para "melhorar a experiência do visitante" em uma Zona Primitiva, pois essa não seria uma área do parque a ser explorada pelo visitante. Devemos dizer, primeiro, que no item 4.4.2 do Plano de Manejo, não há o texto original mencionado sobre proibição de infraestrutura. Esse texto pertence ao item 4.4.1 que trata da Zona Intangível. Segundo, mas não menos importante, a criação de infra-estrutura para proteção do meio ambiente, mas não das pessoas que entrem indevidamente nessa zona, ou das que entrem para fazer pesquisa ou outras atividades permitidas no local, é desumano e contrário ao ordenamento jurídico. **Quando a FEMERJ sugere impedir a infraestrutura para salvamento e resgate, pretende proteger o meio ambiente, mas não as pessoas. Isso faria sentido se o meio ambiente tivesse mais direitos que as pessoas. Mas na verdade o meio ambiente não tem direitos, pois são as pessoas que têm direito ao meio ambiente, conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 225:**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Se apenas as pessoas têm direito ao meio ambiente, que deve ser preservado para as pessoas presentes e futuras, a preservação do ambiente não é um fim em si mesmo e sim uma forma de preservar as próprias pessoas, para o bem delas. Os pesquisadores que vão à Zona Primitiva ou Intangível, têm direito a resgate e salvamento, ou devem ser deixados à própria sorte? Mesmo pessoas mal intencionadas que entrem em Zona Intangível teriam direito a resgate e salvamento. Mesmo criminosos têm direito à proteção do Estado e direito a um julgamento conforme o devido processo legal. Mesmo os criminosos devem ter suas vidas protegidas pelo Estado. O que dizer então de pesquisadores altamente qualificados em trabalhos lícitos nas Zonas Intangíveis ou Primitivas?

Do ponto de vista do Direito, **nos parece claro que se houver a possibilidade de criação de qualquer infra-estrutura no local, essa infraestrutura deverá ser voltada prioritariamente para resgate e salvamento, ou seja, à proteção das pessoas, e secundariamente à proteção do meio ambiente. Portanto entendemos que há uma inversão de valores na proposta da FEMERJ.**

A alteração 26 se refere à Zona de Uso Intensivo. Onde hoje consta no Plano de Manejo:

Se estritamente necessário, serão permitidas a abertura de trilhas e/ou picadas, com o mínimo impacto ao meio natural, com finalidades de fiscalização, pesquisa, educação ambiental, monitoramento e uso público.

A proposta sugere a supressão da norma ou a seguinte redação:

São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona. A estruturação de trilhas, novas ou pré-existentes, nesta zona deve seguir estritamente as referências técnicas institucionais e melhores práticas de manejo com a finalidade de reduzir impactos aos recursos e melhorar a experiência dos visitantes.

A FEMERJ, quanto à proposta de alteração 26, prefere a supressão da norma, embora não explique a razão da preferência, à alteração citada acima.

Parece-nos que a alteração é melhor que a supressão. A norma proposta permite desde já as infra-estruturas necessárias a todos os usos previstos na zona intensiva. Igualmente, ela permite a abertura de trilhas, ainda que desnecessárias ao uso previsto na zona, bastando que sua abertura siga as referências produzidas pelo ICMBio e as melhores práticas de manejo. Nesse sentido, a proposta de alteração possibilita a expansão dos usos do parque, porém condicionada ao estado da arte da gestão ambiental e à redução dos impactos ambientais. Portanto, entre a supressão ou a substituição, esta nos parece, juridicamente, a melhor opção.

No documento Revisão PM do PARNASO, a FEMERJ propõe uma alteração do item 51. Onde se lê:

As intervenções para a manutenção de vias (regrampeação, colocação de cabos de aço etc.) devem ser autorizadas pela administração do PARNASO. Estas intervenções devem observar o direito autoral da conquista da via, e não devem alterar o seu grau de dificuldade ou modificar as suas características.

O PARNASO propõe nesse documento:

As intervenções para a manutenção de vias (substituição de proteções fixas, colocação de cabos de aço etc.) devem ser autorizadas do PARNASO. Estas intervenções devem observar as diretrizes da UIAA e Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada como, materiais e técnicas adequadas e o direito autoral da conquista da via.

Porém, a FEMERJ propõe:

As intervenções para a manutenção de vias (substituição de proteções fixas, colocação de cabos de aço etc.) devem ser autorizadas do PARNASO. Estas intervenções devem observar as diretrizes da UIAA e Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada e FEMERJ como, materiais e técnicas adequadas e o direito autoral da conquista da via.

A nosso ver, a regra proposta pela FEMERJ no documento é uma violação evidente ao direito fundamental de liberdade de associação e da liberdade privada. Com efeito, nenhuma pessoa pode ser obrigada a fazer ou deixar de fazer senão por força de lei e nenhuma pessoa é obrigada a submeter-se às regras de uma associação à qual não se filiou.

A proposta que consta desse documento pelo CONPARNASO padece dos mesmos vícios. Contudo, a consolidação das alterações pela CTTM traz a seguinte proposta:

As intervenções para a manutenção de vias (substituição de proteções fixas, colocação de cabos de aço etc.) devem ser autorizadas pela administração do PARNASO. Estas intervenções devem utilizar materiais e técnicas adequadas e o direito autoral da conquista da via. Para o caso de vias em que não seja possível o contato com os conquistadores, a manutenção deve ser realizada buscando a maior segurança dos visitantes.

Esta norma é adequada juridicamente na primeira parte. Qualquer proposta de submissão dos montanhistas aos critérios de associações privadas aos quais eles não estejam filiados são, a nosso parecer, flagrantemente inconstitucionais pelas razões expostas acima. Quanto ao final da segunda frase, recomendamos a exclusão, pois, tecnicamente, a conquista da via não é objeto de direito autoral, nos termos da Lei 9.610/98, art. 7º. No entanto, caso seja mantida a alusão ao termo “direito autoral”, deve ser incluída também a última frase, explicitando a prioridade que deve ser dada à segurança e integridade das pessoas.

A alteração nº 69 trata do programa de uso público do PARNASO. Onde se lê:

7. Realizar levantamento estatístico de visitação, incluindo visitantes pagantes e isentos. • Os dados deverão ser repassados diariamente pelo concessionário.

A FEMERJ propõe:

7. Realizar levantamento estatístico de visitação e o monitoramento do número de visitantes pagantes e isentos. Os dados deverão ser repassados pelo concessionário conforme determinado em contrato.

A FEMERJ defende a alteração, pois o repasse de dados diário pelo concessionário seria um ônus excessivo. Considerando que a obrigação é de levantar dados sobre visitaço, o que envolve conceitualmente tambm a formaço de perfil dos visitantes, de fato excessivo que esses dados sejam repassados ao ICMBio diariamente. Como a periodicidade do compartilhamento de informaçes questo de convenincia da ANVISA e obrigaço da sua concessionria, parece-nos melhor que a matria seja tratada no contrato de concesso de serviço pblico. Note-se que, contrato administrativo que , a concesso por si mesma confere o poder de alterar unilateralmente suas clusulas, ento, diante da mudana de circunstncias, o ICMBio poderia expandir ou reduzir o intervalo entre os compartilhamentos de dados conforme o interesse pblico.

Como se trata de tratamento de dados de pessoas fsicas, os visitantes, a questo merece ser considerada da perspectiva da proteço de dados pessoais. A disposiço da matria por meio do contrato administrativo no prejudica os titulares dos dados pessoais no seu direito de saber sobre os procedimentos de tratamento de dados pessoais, pois a Lei Geral de Proteço de Dados lhes confere o direito de pedir e de receber todas as informaçes necessrias para o conhecimento adequado dos seus dados pessoais.

Em suma, no vemos motivo jurdico para rejeitar a alterao n 69 proposta pela FEMERJ.

No documento Reviso PM do PARNASO consta uma afirmao na substituio do item 76 que merece nossos comentrios. Onde se l:

26. Fazer gesto junto ao Ministrio do Meio Ambiente - MMA para viabilizar a publicao de portaria estabelecendo valores e modalidades de cobrana especficas para o PARNASO, incluindo:

- *Desconto para moradores de Terespolis, Petrpolis, Mag e Guapimirim, mediante apresentao de comprovante de residncia.*
- *Descontos em dias teis.*
- *Taxas diferenciadas para visitao na montanha e acampamento*

Descontos para usurios freqentes com carns mensais ou anuais.

O PARNASO prope que se substitua por:

26. Estabelecer junto sede do ICMBio poltica de valores, cobranas especficas, descontos e isenoes.

E a FEMERJ interpola:

Defendemos todos os itens elencados na descrio e mais a iseno para guias dos clubes, pertencentes a FEMERJ assim

como descontos para seus associados e pertencentes aos clubes federados.

Evidentemente, a inclusão de descontos *tout court* aos guias dos clubes pertencentes à FEMERJ no plano de manejo é uma violação à isonomia. A administração deve orientar-se pela impessoalidade (CRFB, art. 37), então a concessão de isenções, além de avaliar o impacto fiscal no orçamento do parque, deve orientar-se por critérios republicanos, em benefício do interesse público. A previsão de um benefício aos clubes associados à FEMERJ, por si mesmo, é um critério subjetivo de concessão de isenção e não nos parece compatível com critérios objetivos. Inclusive, a FEMERJ não representa a totalidade dos clubes de montanhismo e escalada do Rio de Janeiro, então não nos parece haver um motivo razoável para a concessão de isenção para um clube em detrimento de outros orientados às mesmas atividades no mesmo lugar.